

O empresariado e as relações Brasil-Estados Unidos no caminho do golpe de 1964

MARTINA SPOHR*

A conturbada década de 1960, no Brasil e no mundo, permanece suscitando questões, curiosidades e interesse acadêmico. Marcada pela proeminência estadunidense em contraponto à crescente força da política soviética bem como a polarização mundial produzida pela Guerra Fria suscitou inúmeros estudos historiográficos ao longo dos anos. No Brasil, particularmente, muitos estudiosos voltaram sua atenção para o desenvolvimento de uma perspectiva historiográfica que se pretende hegemônica, na qual a percepção da crise dos anos 1960 é interpretada de maneira muitas vezes reduzida em sua complexidade. Esta complexidade, que jamais deveria ser esquecida, é reduzida à polarização entre elementos explicativos nos quais a memória ou o esquecimento prevalecem como pano de fundo.

O interesse acadêmico, constante na área da História, vem sendo ampliado pela divulgação da temática na mídia, mais especificamente a partir do governo da presidenta Dilma Rousseff. A retirada da renovação *ad eternum* dos documentos com restrições de acesso à informação, promulgada na Lei de Acesso à Informação de 18 de novembro de 2011¹, onde o mais alto nível de restrição, o ultrasecreto, passa a ser publicizado após 25 anos de sua produção foi o primeiro ganho no que diz respeito ao acesso à documentação pública relativa à ditadura militar. A lei anterior previa 50 anos de sigilo, prorrogáveis indefinidamente, e vedava à sociedade civil o acesso a informações do período. Além da promulgação da nova Lei de Acesso à Informação, a presidenta estabeleceu em maio de 2012 a Comissão da Verdade, suscitando novamente debates acalorados acerca da punição de agentes da ditadura. Com o objetivo de buscar a “verdade” histórica do período e promover a reconciliação nacional, a Comissão pretende examinar as violações dos direitos humanos em um extenso período, entre os anos de 1946 e 1988. A Comissão pretende levantar nomes, locais e instituições denunciando os agentes da repressão, sem o poder de punir, devido à Lei

* Doutoranda no Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ); analista de documentação e informação do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). O presente texto é uma versão reduzida do artigo publicado em SPOHR, Martina. O empresariado e as relações Brasil-Estados Unidos no caminho do golpe de 1964. *Revista Confluente*, v.4, n°2, pp. 45-62.

¹ A Lei de Acesso à Informação foi regulamentada em 16 de maio de 2012.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso em 22 mai. 2012;

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm Acesso em 22 mai. 2012.

de Anistia de 1979. Apesar da inexistência do caráter punitivo, devemos destacar a importância da retomada, pelo governo federal, dos debates e da busca pela reparação às vítimas da repressão promovida pela ditadura.

Além do posicionamento oficial do governo, vemos diversos movimentos ocorrendo na sociedade civil. Os atos de denúncia a torturadores ainda vivos, os chamados escrachos (baseados no movimento de denúncia da localização de torturadores na Argentina e no Chile, prática promovida nestes países há muitos anos) feitos pelo movimento Levante Popular da Juventude em todo Brasil, bem como a manifestação ocorrida em frente ao Clube Militar no Rio de Janeiro em março de 2012 contra a comemoração do aniversário do golpe civil-militar pelos militares, demonstram uma mudança de posição de setores da sociedade brasileira frente à memória do regime militar. Movimentos como estes e como a Mostra Cinema pela Verdade, promovida pelo Instituto Cultura em Movimento (ICEM), em parceria com o Ministério da Justiça, via Comissão de Anistia, para exibir filmes sobre o período em 85 universidades de todo o país, são extremamente importantes para a ativação do debate acerca das questões inerentes ao regime militar e sua memória. Dentre os filmes escolhidos para esta amostra estão Hércules 56, Condor e Cidadão Boilesen. Este último nos interessa particularmente, pois introduz a questão da efetiva participação dos empresários no processo de derrubada do governo João Goulart (1961-1964), tema deste artigo.

O recente documentário Cidadão Boilesen demonstra claramente a rede formada na segunda metade da década de 1960 em torno, basicamente, de empresários e militares no Brasil diante da crise política então instalada no país. Com depoimentos de diferentes personagens e testemunhas, traz confirmações da participação política dos empresários no processo. Depoimentos de diretores do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), como o delegado Paulo Bonchristiano, Robert Corrigan, cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, Peter de Vos, oficial do consulado dos Estados Unidos em São Paulo, Arthur Moura, adido militar dos Estados Unidos no Brasil em 1968, e de políticos como o ex-governador de São Paulo Paulo Egídio Martins confirmando a participação militante do empresário dinamarquês Henning Boilesen, presidente da Ultragás, em diferentes momentos políticos do país, antes e depois da queda de Goulart, reforçam a importância de estudos nesta direção. Para chegar ao financiamento da Operação Bandeirantes (OBAN), ponto principal do documentário, os diretores reconstroem a trajetória de Boilesen até sua morte em abril de 1971, quando foi justificado por membros do Movimento

Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Sua atuação política ao longo da crise dos anos 60 proporcionou a construção desta rede de relações político-empresarial. A partir de então, parcelas do empresariado passaram a agir e intervir diretamente nos rumos políticos do Brasil.

René Dreifuss (2006), primeiro a apontar a importância da questão e aprofundar o tema através de extensa pesquisa nos arquivos do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), reconstrói esta rede de relações político-militar-empresarial de maneira brilhante. A produção historiográfica do período muitas vezes relega a segundo plano a participação desta fração da classe dominante como determinante e influente no processo. Autores como Argelina Cheibub Figueiredo, Daniel Aarão Reis, Jorge Ferreira dentre outros² subestimam em suas análises a importância da conspiração empresarial-militar para o sucesso do golpe e para a definição dos rumos do regime pós-64.

São, contudo, numerosas e expressivas as informações sobre a rede de relações político-empresarial desenvolvida na primeira metade da década de 1960, bem como os desdobramentos da ação política dos empresários brasileiros, articulados com parceiros norte-americanos, na derrubada de João Goulart. O intercâmbio desenvolvido entre o empresariado do hemisfério permitiu a ampliação da atuação política destes empresários em seus respectivos países.

A viagem de um grupo de empresários latino-americanos aos Estados Unidos no ano de 1963 possibilitou o encontro entre homens de negócios de importantes países do hemisfério e entre estes e os mais altos escalões da política norte-americana. O grupo, composto por 67 empresários dos Estados Unidos, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru, El Salvador, Uruguai e Venezuela³, reunia representantes das principais corporações latino-americanas. Dentre os brasileiros estavam alguns representantes de importante parcela da classe empresarial nacional. Esta se encontrava em franco crescimento, viabilizado pela política de abertura econômica promovida pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Beneficiados pela nova conduta econômica e pela consequente entrada de capital estrangeiro e multinacional no país, ganharam espaço proeminente na cena econômica.

² Para debate sobre o revisionismo historiográfico a respeito do golpe de 1964 ver (TOLEDO, 2004); e (MELO, 2006, p. 111-130).

³ Os 67 nomes eram divididos por países, sendo 29 norte-americanos, 10 argentinos, 6 chilenos, 5 brasileiros, 3 colombianos, 3 mexicanos, 3 peruanos, 3 venezuelanos, 2 salvadorenos, 2 uruguaios e 1 costa riquenho. Para a lista completa de nomes ver *Memorandum to: participants in the informal meeting of businessmen of the Americas*. Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
PAUL

São eles: Paulo Ayres Filho, diretor do Banco Mercantil de São Paulo e empresário da indústria farmacêutica, Aldo Franco, diretor da Metal Leve, Gilberto Huber, diretor-presidente das Listas Telefônicas Brasileiras S.A., Charles Edgar Moritz, presidente da Confederação Nacional do Comércio e Gerald Polland, banqueiro. Destes cinco, quatro eram membros do IPES, um dos maiores articuladores do projeto político desenvolvido pelos golpistas brasileiros na primeira metade da década de 1960: Paulo Ayres Filho (membro e fundador do IPES de São Paulo), Gilberto Huber, Charles Edgar Moritz e Geral Polland.

A mudança na dinâmica político-econômica brasileira influenciou diretamente a construção da identidade deste grupo. A abertura promovida por Juscelino Kubitschek veio consolidar economicamente o posicionamento desta parcela da classe empresarial como principal representante dos interesses da empresa privada. Sua proeminência econômica era prejudicada pela fraca representação política dentro do Estado. A ascensão ao domínio do poder econômico a partir da abertura do mercado brasileiro à entrada massiva de capital estrangeiro gerou uma demanda evidente de domínio político desta fração da classe dominante brasileira.

A busca pela representação de seus ideais no Executivo nacional se refletiu na imensa campanha a favor da eleição de Jânio Quadros. Com sua renúncia (1961) e a subida de João Goulart ao poder, as vias institucionais legais passam a não bastar para a conclusão de suas pretensões. A solução golpista os fez pôr em curso uma bem articulada rede de influências. A busca pela representação política reflete o momento de conscientização do grupo enquanto classe empresarial.

A construção desta consciência de classe empresarial e o conseqüente desenvolvimento de um projeto político⁴ pautado no anticomunismo e na defesa da democracia liberal modelada pela política norte-americana são os elementos de fundo para a compreensão do tema. Através do exemplo trazido pela visita aos Estados Unidos podemos começar a entender como se compôs esta rede de relações político-empresarial internacional, pontuando suas posições políticas e econômicas. A busca deste grupo pela conscientização de

⁴ Obviamente não estamos considerando que somente a classe empresarial estava à frente do processo de consolidação de tal projeto político. Isso fica bem claro no seguinte trecho do livro de René Dreifuss, com o qual concordamos: “As várias organizações da sociedade civil e política foram reconciliadas como expressão da consciência coletiva de classe pelo núcleo organizado do bloco multinacional e associado em seu estágio militante, desenvolvendo conjuntamente formações ideológicas e políticas capazes de alcançar seus objetivos estratégicos, traduzindo-os em ação política e estabelecendo a si próprias firmemente no poder.” (DREIFUSS, 2006, p. 117).

classe, pelo posicionamento comum entre os representantes do capital é evidenciada frequentemente. O exemplo em questão reflete a união desta classe em torno de um objetivo maior, de um projeto político superior às questões eminentemente locais⁵.

Nos Estados Unidos a figura do presidente John F. Kennedy (20/01/1961 a 22/11/1963) aparecia como grande esperança na luta contra a influência de Fidel Castro e de seu recém-declarado regime comunista. Além da atuação militar na região, Kennedy tinha a consciência da necessidade da ampliação da aceitação de seu país no restante da América Latina. A partir desta constatação surge, no ano de 1961, a Aliança para o Progresso (Alpro), programa estadunidense para o desenvolvimento da América Latina. O lançamento da Aliança para o Progresso, apresentada pelo presidente Kennedy aos diplomatas latino-americanos em março de 1961, previa um investimento de 20 bilhões de dólares para financiar programas de desenvolvimento e reforma social. O plano teria sido elaborado a fim de fazer frente à Revolução Cubana (VIZENTINI, 2004, p. 161). Sua expansão e importância ficam evidenciadas pelos seus desdobramentos nas relações desenvolvidas entre os Estados Unidos e os demais países da América Latina.

A preocupação com a manutenção de um regime político “democrático” fica evidente em todos os elementos propostos na carta (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1961). No mesmo documento, encontramos a primeira justificativa geral, prevendo justamente o limite “democrático” para a execução dos objetivos propostos: “Que se levem a cabo, **de acordo com os princípios democráticos**, amplos e concebidos programas nacionais de desenvolvimento econômico e social, visando à obtenção de um crescimento auto-suficiente.” (*op. cit.*, p. 12. Grifo meu). A carta foi assinada pelos seguintes países: Honduras, Panamá, Haiti, Costa Rica, Estados Unidos, Uruguai, El Salvador, Chile, Nicarágua e Brasil. O representante de Cuba, Ernesto Che Guevara, se recusou a assinar.

A proposta da Aliança para o Progresso gerou discussões e críticas tanto das forças de esquerda quanto do lado mais conservador no Brasil. Segundo Vizentini: “As forças de esquerda e nacionalistas viam na Alpro um instrumento de contra-revolução continental e um eficaz instrumento de intromissão norte-americana nos negócios internos da América Latina. Mas também a direita, ligada aos meios econômicos, ficou frustrada com a sua ajuda”. (VIZENTINI, 2004, p. 161).

⁵ Esta é uma das hipóteses trabalhadas em minha pesquisa de Doutorado, ainda em fase inicial.

O “clima” de investimentos na América Latina era preocupação comum dos empresários do Comitê de Comércio da Aliança para o Progresso (COMAP, Commerce Committee of The Alliance for Progress), órgão oficial de apoio à Aliança ligado ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos. Criado em maio de 1962, teve vinte e cinco grandes empresários norte-americanos nomeados pelo presidente Kennedy. Seu conteúdo informativo atestava séria preocupação com a imagem negativa das empresas norte-americanas no continente (SILVA, 2008). Inicialmente, o COMAP tinha como atribuição a elaboração de sugestões para “acelerar” a participação do setor privado através da Aliança para o Progresso. Ao mesmo tempo, era seu objetivo buscar melhores oportunidades de investimento privado através do programa e divulgar a imagem positiva do “sistema de livre-empresa” dos Estados Unidos na América Latina. Dentre os membros deste grupo (SILVA, *op. cit.*, p. 75), destacamos seu presidente, Peter Grace, dono da W.R. Grace, e David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank e da Standard Oil Company. Em documento do Comitê encontramos a indicação da necessidade de contato direto com empresários locais com o objetivo de estabelecer efetiva cooperação entre estes e as empresas norte-americanas (SILVA, *op. cit.*, p. 89).

Diante disso, este grupo de empresários decidiu unir-se ao projeto da Aliança para o Progresso, podendo desta maneira garantir oportunidades de negócios e melhorar a imagem de suas empresas na América Latina. Trabalharam então em conjunto com a United States Information Agency (USIA) e com a United States Agency for International Development (AID). Segundo Silva: “Através do Gabinete de Cooperação Privada, a USIA e a COMAP montaram operações conjuntas com o objetivo de divulgar uma imagem positiva da iniciativa privada norte-americana através da Aliança para o Progresso” (SILVA, *op. cit.*, p. 88).

A partir do governo Kennedy, a preocupação com a América Latina foi organizada burocraticamente, recebendo importante estímulo a partir da criação do Comitê de Políticas para a América Latina (Latin American Policy Committee, ou LAPC), formado em 1962 para centralizar a ação política.

Através de correspondência recebida por Jack Behrman (Secretário Assistente de Assuntos Internacionais do Departamento de Comércio) as mais altas instâncias do governo norte-americano souberam do encontro informal de um grupo de empresários e de suas divergências em relação à Aliança para o Progresso. São justamente estes pontos de

insatisfação com a Aliança os responsáveis pelo debate e pela visita dos empresários latino-americanos aos Estados Unidos em 1963.

Durante a visita aos Estados Unidos o grupo pode se reunir com os mais proeminentes empresários norte-americanos e debater suas ideias com os principais nomes do governo Kennedy responsáveis pela política norte-americana para a América Latina. As audiências, reuniões e jantares terminaram com o convite do presidente Kennedy para uma audiência no Salão Oval da Casa Branca no dia 4 de março de 1963. O encontro com o presidente norte-americano, ápice da viagem do grupo, veio legitimar as relações entre a parcela do empresariado latino-americano então representado frente ao governo e ao empresariado estadunidense, potencial detentor do capital investido na América Latina naquele momento, construindo assim uma rede internacional de relações político-empresariais entre os países participantes. Tal rede, segundo nossa percepção, foi fundamental na construção do processo político brasileiro que culminou com a derrubada de João Goulart em abril de 1964.

O primeiro evento da viagem dos empresários é o Encontro Informal de Negócios das Américas⁶, realizado em Nova York, entre 27 de fevereiro e 1 de março de 1963, nas dependências do Chase Manhattan Bank e do First National City Bank. O convite feito ao grupo de empresários brasileiros, segundo Charles Edgar Moritz⁷, ocorreu após um dos encontros da Comissão Executiva brasileira do Conselho Interamericano de Comércio e Produção (mais conhecido como CICYP) no início de fevereiro de 1963. O comitê anfitrião norte-americano era composto por nomes indiscutivelmente proeminentes no cenário político-econômico internacional. Lá estavam Henry Ford II, presidente da Ford Motor Company, David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank, Harold S. Green, presidente da International Telephone and Telegraph Corporation (ITT)⁸ entre outros representantes das maiores empresas multinacionais do país.

⁶ Silva indica a existência de documentos sobre o encontro com o nome dos participantes, o formato do encontro e outras informações no documento intitulado *Informal Meeting of Businessmen of the Americas* localizado fundo Personal Papers de Jack Behrman localizado na Biblioteca John F. Kennedy. (SILVA, 2008, p. 93). No Arquivo de Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV) encontramos os nomes no documento *Memorandum to: participants in the informal meeting of businessmen of the Americas*.

⁷ Discurso Charles Edgard Moritz, Revista da Confederação Nacional do Comércio. Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).

⁸ A ITT foi uma das empresas atingidas pela encampação dos serviços telefônicos por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul em 1962. Este movimento gerou um grande mal estar entre Goulart e Kennedy. O presidente norte-americano exigiu em encontro com o presidente brasileiro em Washington em abril de 1962 que o governo brasileiro se comprometesse com a compra das empresas de utilidade pública pertencentes a grupos econômicos norte-americanos. A contrapartida seria a de que os grupos norte-americanos aplicassem as indenizações em outros ramos da indústria brasileira. (BANDEIRA, 2007, p. 579).

O encontro começa dia 27 de fevereiro com o jantar de apresentação no restaurante The Links Club. No dia seguinte, o encontro continua nas dependências do The Chase Manhattan Bank. A sessão foi conduzida por David Rockefeller e durou o dia todo. Em 1 de março, último dia oficial de encontros, a sessão foi realizada nas dependências do First National City Bank. Seu presidente George S. Moore conduziu a sessão.

Como eixo central das discussões empreendidas no encontro está a Aliança para o Progresso. Os empresários latino-americanos buscavam a inserção do setor privado nas políticas de desenvolvimento pretendidas pelo programa da Aliança. Os principais tópicos discutidos foram:

(1) cooperação entre investidores estrangeiros e empresários locais no desenvolvimento econômico da América Latina, (2) papel da iniciativa privada no âmbito da Aliança para o Progresso, (3) o papel do setor privado no desenvolvimento educacional e social da América Latina; (4) a cooperação entre os setores privados dos Estados Unidos e América Latina no combate à atividade comunista no hemisfério ocidental; (5) os meios de aumentar o comércio recíproco entre as Américas, e, (6) a reforma agrária (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO. Grifos meus).⁹

A partir da pauta apresentada observamos a preocupação destes homens de negócios com questões políticas e sociais complexas. Suas pretensões econômicas só poderiam ser alcançadas a partir do desenvolvimento e debate das problemáticas político-sociais trazidas para o encontro. A preocupação com o desenvolvimento educacional e social da América Latina e, principalmente, o quarto tópico, onde se prevê a cooperação entre os setores privados dos Estados Unidos e da América Latina no combate à atividade comunista evidenciam o caráter político do encontro. Revestido pela suposta “informalidade”, proporcionou a construção desta rede de relações político-empresarial entre os países membros. O grupo, partindo da tal “informalidade”, decidiu não realizar nenhuma declaração pública sobre os assuntos tratados.

Na Revista da Confederação Nacional do Comércio (CNC) de março/abril de 1963 (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO), foi publicado o discurso proferido por Charles Edgar Moritz perante o Conselho de Representantes da CNC em seu retorno ao Brasil. Neste

⁹ “(1) cooperation between foreign investors and local industrialists in the economic development of Latin America; (2) the role of private enterprise under de Alliance of Progress; (3) the role of the private sector in the educational and social development of Latin America; (4) cooperation between the private sectors of the United States and Latin America in combating Communist activity in the Western Hemisphere; (5) means of increasing reciprocal trade between the Americas; and, (6) agrarian reform.” Inter-American Bulletin of the United States Inter-American Council, INC. – April 1963, page 6. Tradução minha.

discurso encontramos um resumo da viagem. Algumas impressões sobre a reunião informal merecem destaque:

Não havia o propósito de apresentar recomendações, mas o de trocar impressões francas e abertas em clima de confiança mútua. [...] Poderíamos dizer que, na verdade, as reuniões de Nova York tiveram, antes de tudo, o caráter de exame de consciência em voz alta por parte dos homens de empresa, em face da péssima e injusta imagem que a seu respeito se foi criando na opinião pública. [...] Num encontro de homens práticos deveríamos ser objetivos e francos. Foi o que ocorreu. (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO).¹⁰

Em seguida aponta as críticas feitas à Aliança para o Progresso. Para o empresariado defensor da livre empresa, a política empreendida pela Aliança visando exclusivamente ajuda de governo para governo poderia conduzir “à estatização indiscriminada, concorrendo de modo fatal para sufocar a livre empresa na América Latina.” (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO).¹¹ Entre as propostas e críticas apresentadas encontramos, basicamente, sugestões de reformulação de alguns pontos do programa da Aliança.

A inserção da participação de homens de negócios em todos os estágios do programa e sua responsabilidade em assegurar maior preocupação, através da colaboração empresarial, da necessidade de fomento às exportações como meio de obter divisas para a futura amortização dos empréstimos bem como a garantia dos investimentos de caráter social aparecem como primeiro ponto de discussão. A segunda proposta sugere a descentralização da administração da Aliança para a aprovação de estudos e projetos, buscando ampliar a participação e atribuir maior responsabilidade a cada país interessado. A terceira proposta visa associar e comprometer o setor privado de cada país na reformulação da canalização dos fundos disponíveis.

Em seguida sugerem novos critérios para a concessão de empréstimos com o objetivo de assegurar a prioridade às empresas abertas e às que produzem para exportação. O objetivo político destas primeiras considerações, segundo o discurso de Moritz, é o de identificar a Aliança para o Progresso como um instrumento de democratização do capital. A Aliança deveria ainda operar para contribuir com o sucesso da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e esclarecer os caminhos e métodos de seu trabalho à opinião pública. Sugerem a criação de um setor dedicado especificamente ao treinamento técnico e à difusão

¹⁰ Revista da CNC, p.23-24.

¹¹ Revista CNC, p. 24.

da pequena empresa privada e a promoção de meios de formação de uma opinião pública consciente do sentido de urgência e do alcance do programa da Aliança.

Por fim, apontam a necessidade de “panamericanizar” a Aliança, assegurando ampla participação de outras nações em sua administração, sugerindo que os Estados Unidos tivessem poder de veto em assuntos que os afetassem diretamente. Solicitam ainda o apoio dos Estados Unidos, dentro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao financiamento das exportações de manufaturas latino-americanas e a atribuição de uma comissão especial para o estudo da regulamentação de intercâmbio comercial visando facilitar o acesso de produtos “não tradicionais” dos países latino-americanos nos Estados Unidos

A segunda parte dos encontros aconteceu em Washington sob a organização da Seção Norte-Americana da CICYP. O grupo se reuniu e debateu com importantes personagens do alto escalão norte-americano para assuntos da América Latina. Em uma das sessões estiveram presentes Teodoro Moscoso, coordenador da Aliança para o Progresso, Thomas Killefer, Diretor Executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Jack Behrman, secretário assistente do Departamento de Comércio, Orvis A. Schmidt, diretor do Banco Mundial, Harold Linder, diretor do Eximbank. Participaram de um jantar com discursos de dois senadores norte-americanos, Hubert Humphreys e Jacob Javits, além de terem a oportunidade de ouvir as considerações do secretário de Estado norte-americano Dean Rusk sobre os problemas do hemisfério em relação aos Estados Unidos.

Ayres Filho relata em depoimento seu encontro com o presidente do Banco Mundial, George Woods, durante a viagem de 1963. Na ocasião, o embaixador norte-americano Ellsworth Bunker, seu amigo, fez a intermediação do encontro após conversas sobre a situação política, econômica e social do Brasil e sobre a visita do ministro da Fazenda San Tiago Dantas aos Estados Unidos marcada para os próximos dias.¹² O embaixador considerou sua opinião crucial para o encontro com o ministro brasileiro e convocou Ayres Filho para uma conversa com George Woods e mais quatro diretores do Banco Mundial.

Nessa viagem que fiz em 1963, tive oportunidades incríveis de encontrar com indivíduos e entidades de maior importância nos USA. Um desses encontros raros foi com Bunker. [...] Comecei fazendo um discurso curto de como eu via a situação brasileira, sempre ressaltando a minha ótica empresarial, o meu total distanciamento do nosso governo e meu credo liberal de fato. Daí em diante foi

¹² A missão brasileira com o ministro da Fazenda San Tiago Dantas aos Estados Unidos ocorreu em 1963, logo após os encontros dos empresários no país. A audiência do ministro com o presidente Kennedy ocorreu dia 10 de março de 1963.

*uma avalanche de perguntas que lá me prendeu por quase duas horas. A última foi do George: - Paulo, você não precisa responder se não quiser, e perdoe a minha pergunta absurda, mas você confia no seu Presidente Goulart? Respondi sem um instante de hesitação: - NÃO, mas espero que, nas reuniões que terão com a missão brasileira, vocês encontrem razões para ajudar o Brasil, não o governo Goulart, porque a sua ajuda poderá aliviar as pressões políticas hoje presentes e dar “tempo ao tempo” para que a **doutrinação liberal** prevaleça (AYRES FILHO, 2007, p. 181-182. Grifo meu.).*

Uma vez mais podemos observar o discurso e o lugar de fala destes empresários bem como seu posicionamento frente ao governo Goulart. A ideia de doutrinação liberal é linha de ação do IPES e de suas lideranças. A difusão desta percepção a nível internacional foi de extrema relevância para a condução da doutrinação política empreendida pela campanha do Instituto no Brasil, buscando legitimar sua ação política frente ao panorama internacional. Entidades similares ao IPES surgiram no mesmo período em outros países da América Latina. Na Argentina, por exemplo, duas instituições congêneres, a Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL) e a Fundación Mediterránea (FM), patrocinadora do Instituto de Estudios Económicos de la Realidad Argentina y Latinoamericana (IEERAL), atuaram como centros de estudos e pesquisas financiados por empresários (RAMÍREZ, 2006, p. 180).

O ápice da empreitada empresarial foi sem dúvida o encontro com o presidente Kennedy na Casa Branca. O porta-voz do grupo, escolhido por unanimidade, foi Paulo Ayres Filho:

*As calorosas críticas que fizemos em New York à política do governo americano em relação à América Latina, por certo pela bendita indiscrição de algum dos participantes americanos, chegaram ao presidente Kennedy que, numa decisão quase inédita, nos convidou para, dois outros dias depois, expormos a ele as mesmas conclusões. [...] Para grande surpresa minha o grupo já havia me escolhido como seu intérprete. [...] eu fiz o trajeto de ônibus para a Casa Branca mais rezando do que alinhando mentalmente o que eu diria **àquele grande ídolo**. [...] Minhas primeiras palavras tinham que ser, por razões de honestidade e para me sentir mais à vontade: - Senhor Presidente, o senhor não sabe como se sente alguém como eu que, de repente, se vê investido do honroso papel de intérprete de um grande grupo de empresários latino-americanos, para apresentar ao **presidente da nação mais desenvolvida e mais poderosa do mundo**, as suas críticas e os seus anseios relativos a aspectos da política de desenvolvimento econômico e de harmonização das relações políticas e sociais do seu país com a América Latina. Ele sorria o tempo todo (AYRES FILHO, 2007, p. 184-186. Grifos meus.).*

Ao final, Kennedy solicitou o envio por escrito de medidas concretas e objetivas propostas na ocasião pelo grupo. As mesmas foram enviadas por seu porta-voz através de carta a Ralph Dungan, assistente especial do presidente Kennedy. O conteúdo da carta é

basicamente o mesmo do discurso de Moritz acima citado, com ponderações e sugestões acerca da Aliança para o Progresso. Na carta observamos novamente a ênfase no projeto político composto pelo alinhamento à política norte-americana bem como a defesa de uma democracia específica para todo o hemisfério:

Caro Sr. Dungan, Aqui está a resposta a pedido de Sua Excelência o Presidente John F. Kennedy, com sugestões concretas para que a Aliança para o Progresso possa alcançar o sucesso que todos sabemos ser dramaticamente necessário para a consolidação da democracia no hemisfério (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO. Grifos meus).¹³

O encontro com o presidente Kennedy foi estrategicamente importante para a consolidação da rede de relações político-empresarial que vinha se construindo. Em longa entrevista ao jornal Diário de São Paulo, Ayres Filho, além de destacar as questões econômicas relacionadas à livre empresa, deixa transparecer o objetivo político de busca pela conscientização e atuação da classe empresarial:

[...] os homens de empresa entendem que a classe empresarial do Continente deve propor-se, com urgência, a uma ampla colaboração com seus respectivos governos, para garantir que as reformas por todos exigidas sejam realizadas da maneira mais rápida e mais eficiente possível e com absoluto respeito às tradições democráticas e cristãs do nosso hemisfério. O empresário moderno tem a obrigação de responder ao desafio do momento procurando meios e modos de participar ativamente da vida da comunidade, bem como da vida política de seu país. Cumpra ao empresariado liderar o movimento de esclarecimento da opinião pública para que o leigo, o homem comum, possa real e conscientemente decidir quanto aos debates que dizem respeito à economia de seu país (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO. Grifos meus).¹⁴

Assim como Ayres Filho, Moritz se preocupa com a questão da opinião pública, da defesa das instituições democráticas e do combate ao comunismo:

Esclarecer à opinião pública do continente o verdadeiro sentido das reformas preconizadas pela Aliança para o Progresso [...] Isto roubará aos comunistas a oportunidade magnífica que estão desfrutando de confundir a mensagem da Aliança com seus próprios slogans. [...] Tomar medidas práticas para que a Aliança para o Progresso se torne reconhecida como uma operação de interesse direto do povo, do “little fellow” das ruas. Os investimentos sociais permitem a “venda” desta imagem (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO. Grifos meus).¹⁵

¹³ “Dear Mr. Dungan: Here is your reply to the request of this Excellency, President John F. Kennedy, for concrete suggestions so that the Alliance for Progress may attain the success which all know to be dramatically necessary to the consolidation of Democracy in the Hemisphere.” Tradução minha.

¹⁴ Diários de São Paulo, 28/03/1963.

¹⁵ Revista da CNC, p. 26

A liderança empresarial defendida em praticamente todos os trechos aqui citados embasa nossa compreensão da efetiva organização desta fração de classe em torno de um projeto político. A reivindicação do papel e do local de fala dos homens de negócio é enfatizada a todo momento. O reflexo deste discurso pode ser encontrado na atuação do IPES, instituição liderada por empresários, em diferentes esferas da vida nacional.

A visita aos Estados Unidos foi notícia de diversos jornais brasileiros durante os meses de março e abril de 1963. Encontramos notícias sobre a articulação dos empresários no O Estado de São Paulo, Correio da Manhã, Folha de São Paulo, Diário de São Paulo, Jornal do Brasil e Diário de Notícias¹⁶.

É visível a preocupação com a opinião pública internacional e o incentivo à união e organização do empresariado como força política para o combate às ameaças empreendidas contra as instituições democráticas. Segundo as palavras de Moritz em discurso na Confederação Nacional do Comércio sobre os encontros nos Estados Unidos:

*Indiscutível, porém, é a ameaça que pesa sobre a liberdade. Se a preocupação fundamental dos empresários é a mesma, exatamente a mesma, eles terão de se unir na defesa dessa ideia. [...] Estamos convencidos de que os encontros mantidos nos Estados Unidos foram mutuamente proveitosos no esclarecimento das posições de cada um. E os resultados finais em nossos países poderão representar mais **um profícuo movimento dos homens de empresa na defesa da democracia e no primado da livre empresa, sobre o qual ela repousa** (ARQUIVO PAULO AYRES FILHO. Grifos meus).¹⁷*

Estava clara a posição deste grupo e o incentivo ao desenvolvimento de um movimento de homens de empresa na defesa da democracia, bandeira igualmente defendida pelos setores líderes do movimento golpista como militares e civis provenientes de outras esferas da sociedade civil. A íntima relação entre a democracia e a empresa privada marca caracteristicamente o posicionamento ideológico desta fração da classe dominante brasileira e é determinante na condução do movimento golpista.

Dias após a audiência com os empresários, Kennedy recebeu o ministro da Fazenda do governo João Goulart, San Tiago Dantas. O ministro estabeleceu longas conversas com diferentes membros do governo tratando sobre a ajuda financeira norte-americana ao Brasil e a negociação da dívida externa do país. As notícias sobre sua visita aparecem em alguns jornais junto à notícia da visita dos empresários. Em notícia sobre a visita do ministro,

¹⁶ As notícias levantadas encontram-se no Arquivo Paulo Ayres Filho. Pretendemos, ao longo da pesquisa, empreender uma investigação mais aprofundada nos veículos de imprensa acerca da repercussão destes encontros.

¹⁷ Revista da CNC, p. 26

encontrada na Folha de São Paulo do dia 12 de março de 1963, encontramos uma nota atribuindo a Ayres Filho o papel de porta-voz de uma “exposição correta” sobre a situação nacional, repetindo o discurso do embaixador Ellsworth Bunker no momento de sua conversa com o empresário brasileiro. O Brasil de então não gozava de boas referências dentro dos Estados Unidos. Isso deriva especificamente da Política Externa Independente (PEI) desenvolvida a partir do governo de Jânio Quadros (1961) e continuada por Goulart, e do episódio de encampação de empresas norte-americanas no Rio Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola, motivo de desavenças e longas conversas entre Goulart e Kennedy¹⁸.

Os discursos de Ayres Filho e Moritz desnudam a relação mais íntima entre a militante atuação do empresariado nacional e o golpe civil-militar de 1964 no Brasil. A ligação de ambos ao IPES¹⁹ se faz bastante importante para a compreensão da importância desta rede internacional.

O IPES, no ano de 1963, encontrava-se em pleno funcionamento. A preocupação com a opinião pública era evidente e a propaganda política anticomunista era tratada como bandeira para a defesa dos ideais da livre empresa. A “liberdade” a ser alcançada era buscada no modelo norte-americano de democracia. A influência e atuação norte-americana no Brasil eram evidenciadas pela grande atividade e fluxo de ideias entre os representantes deste processo. Para alcançar seus objetivos a relação com os “irmãos do norte” era evidentemente crucial. Os reflexos desta relação podem ser vistos na caminhada empreendida por estes até e após a derrubada de João Goulart. A conexão entre o empresariado brasileiro e norte-americano se desenvolve ainda mais a partir deste período.

Nos Estados Unidos, em novembro de 1963, oito meses após a reunião “informal” surge um novo órgão empresarial: o Business Group for Latin American (Comitê de Negócios para a América Latina, ou BGLA na sigla em inglês), liderado por David Rockefeller e apoiado pelo presidente Kennedy. A partir deste momento, o COMAP seria desfeito e este se

¹⁸ Não pretendemos, no presente artigo, aprofundar a Política Externa Independente (PEI) e seus desdobramentos e a encampação de empresas norte-americanas por Brizola. Para maiores informações sobre essas questões ver (VIZENTINI, 2004) e (BANDEIRA, 2007).

¹⁹ O IPES foi fundado em agosto de 1961, logo após a renúncia de Jânio Quadros. O Instituto, segundo seus fundadores, era uma agremiação apartidária com objetivos educacionais e cívicos. Diziam que sua ação era pautada pelo ponto de vista de um tecnopresário liberal. A defesa da fortificação do regime democrático era uma das principais justificativas para a ação ideológica empreendida pelo IPES. O Instituto reunia elementos de diversas formações ideológicas. “O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado.” (DREIFUSS, 2006, p. 175).

tornaria o “[...] único grupo de homens de negócios com o qual as agências norte-americanas poderiam consultar sobre questões políticas envolvendo interesses de empresas norte-americanas na América Latina” (SILVA, *op. cit.*, p. 96).

Esta posição do empresariado norte-americano de busca pela estabilidade política para a manutenção de seus interesses privados não causou constrangimentos maiores em meio aos defensores da Aliança. “Pelo contrário, o próprio presidente Kennedy, ao lado de alguns de seus mais importantes estrategistas, como McGeorge Bundy, Ralph Dungan e David Bell, apoiou entusiasticamente uma postura de barganha com este grupo de empresários.” (DREIFUSS, 2006: 99). A formação do BGLA partiu do encontro entre David Rockefeller e John F. Kennedy. Robert Kennedy, irmão do presidente, havia integrado o grupo em programas da Central Intelligence Agency (CIA). Em contrapartida, Kennedy teria prometido atender às demandas de Rockefeller garantindo incentivos quanto a qualquer investimento futuro na América Latina (DREIFUSS, 2006, p. 131).²⁰

Além do BGLA, encontramos outras importantes organizações de empresários nos Estados Unidos. Um deles é Council of Foreign Relations (CFR), que expressava a proeminência da oligarquia financeira de Nova York e a liderança, nos últimos trinta anos, do Grupo Rockefeller (DREIFUSS, *op. cit.*, p. 132).

Alguns líderes de organizações congêneres ao IPES eram seus contatos com o CED e com a AEF. O LAIC, sediado em Nova York, patrocinado e financiado por corporações dos Estados Unidos, financiava certos grupos proporcionando assim um grau de coordenação internacional.

Segundo Rodeghero (2007) e Silva (2008) um conjunto de informantes fornecia dados que poderiam ser posteriormente retransmitidos tanto para o Departamento de Estado norte-americano quanto para outras agências civis e militares.

*Por informantes devem-se entender tanto pessoas que tinham algum tipo de vínculo legal com a embaixada ou agência do governo dos Estados Unidos com sede no Brasil, como era o caso da USIA, da CIA e da AID, quanto aquelas voluntariamente prestavam informações aos funcionários estadunidenses no Brasil (SILVA, *op. cit.*, p. 168).*

Um exemplo do primeiro tipo de informante eram os adidos, sendo o mais famoso deles o coronel Vernon Walters. Membros do IPES atuavam como agentes. A participação de

²⁰ Estas informações foram fornecidas a Dreifuss (2006) a partir de uma entrevista com o ex-embaixador americano no Chile, Edward Korry, e possuem relevância evidente na construção da rede que estamos analisando.

Paulo Ayres Filho e sua relação com Lincoln Gordon embaixador norte-americano no Brasil entre 1961 e 1966, é confirmada através de entrevista realizada por Langguth (1978):

Quando solicitaram que sugerisse um delegado brasileiro para uma conferência transnacional, Gordon lembrou-se do amigo [Paulo Ayres Filho], e ele e Ayres tiveram uma agradável reunião em Washington. Agora, de volta ao Brasil como embaixador, Gordon procurou Ayres e veio travar relações com os seus amigos do mundo dos negócios de São Paulo. Em breve, Ayres descreveu para Gordon uma organização política que estava patrocinando, com o nome canhestro, mas inócuo, de Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) (LANGGUTH, 1978, p. 83-84).

O texto relata ainda encontros de Lincoln Gordon com Glycon de Paiva. Silva (2008) considera que provavelmente, “[...] uma das principais fontes de informação de Lincoln Gordon sobre a situação política brasileira foi de integrantes do grupo do IPES, e esta relação acabou por influenciar, desse modo, as mensagens que Gordon transmitia para Washington” (SILVA, *op. cit.*, p. 171).

Em artigo publicado pela revista norte-americana *Fortune* em setembro de 1964 intitulado “When the Executives Turned Revolutionaries”²¹ (Quando homens de negócios se tornam revolucionários) encontramos menções importantes a Ayres Filho. Neste artigo – e em outros documentos encontrados em seu acervo – aparece a ligação deste com a instituição norte-americana Foundation for Economic Education, iniciando a distribuição de seus livros e folhetos antes mesmo da fundação do IPES. Dreifuss indica a relação entre Ayres Filho e Lincoln Gordon:

*Paulo Ayres Filho apresentou esses amigos [para os quais distribuí os panfletos] ao Embaixador Lincoln Gordon, que havia chegado ao Brasil em meados de outubro de 1961. O conhecimento de Lincoln Gordon e Paulo Ayres Filho datava de 1959, quando este era presidente do Centro Cultural Brasil - Estados Unidos em São Paulo. (DREIFUSS, *op. cit.*, p. 228).*

Lincoln Gordon tinha um seleto grupo de informantes e amigos.

*Segundo Blach, os empresários norte-americanos com mais de um milhão de dólares investidos no Brasil estavam infelizes com a presidência de Goulart, e os empresários brasileiros ligados ao meio empresarial multinacional pensavam da mesma forma. Alguns deles faziam parte do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado para agitar – e, mais tarde, conspirar – contra o governo. Ainda antes de assumir seu posto no Brasil, informa o mesmo autor, Gordon tinha um amigo próximo entre as lideranças do IPES. Com o tempo, ele teria se aproximado de outros líderes. (RODEGHERO, *op. cit.*, p. 45).*

²¹ Dreifuss (2006) cita este artigo na página 228 de seu trabalho. No arquivo de Paulo Ayres Filho temos o original publicado na revista e uma tradução para o português do texto. Arquivo Paulo Ayres Filho (CPDOC/FGV).

Com base em documento de 6 de fevereiro de 1963 produzido pelo Consulado dos EUA em São Paulo, Rodeghero (2007) destaca a existência de uma pesquisa de opinião feita em uma indústria multinacional. Apesar de não conhecerem muito sobre comunismo, 80% dos entrevistados demonstraram preferência pelo regime comunista acreditando estar este em melhores condições em comparação ao regime onde viviam. Esta informação, alarmante para os círculos mais conservadores, teria sido passada por dois empresários em visita ao então cônsul de São Paulo, Niles Bond. Este relata, no mesmo documento, ter almoçado com Paulo Ayres Filho no Jockey Club antes da mencionada visita. Na ocasião, Ayres Filho teria indicado a presença de importantes figuras das classes superiores no local onde almoçavam. Esta ligação direta entre Paulo Ayres Filho e o cônsul dos Estados Unidos em São Paulo indica claramente sua inserção na rede de relações político-empresarial aqui desenvolvida.

[...] os documentos nos quais se buscará a avaliação norte-americana do anticomunismo brasileiro eram elaborados a partir de uma rede de informações que se compunha de informantes, conversas com pessoas selecionadas, acompanhamento da imprensa, observação das disputas eleitorais, análises das informações trazidas por outras pessoas preocupadas com o perigo comunista no Brasil e etc. (op. cit., p. 50).

A relação destes grupos norte-americanos, detentores de entrada efetiva nos mais altos postos dos governos Kennedy e Johnson, com organismos brasileiros como o IPES é crucial para a compreensão da dinâmica político-empresarial no período. Trata-se, essencialmente, de uma das principais vertentes de construção do agente político que contribuiria com eficácia para o aprofundamento da crise e a derrubada do presidente João Goulart em 1964. A ação dessa rede de relações político-empresarial internacional na conjuntura constitui a expressão direitista daquilo que René Dreifuss nomeou de “ataque bifrontal” ao regime político vigente entre 1946 e 1964, golpeado, também, à esquerda pelas mobilizações sociais, dos sindicatos, Ligas camponesas, entidades estudantis, movimentos dos baixa patentes nas Forças Armadas e pela radicalização da intelectualidade.

Bibliografia

AYRES FILHO, Paulo. *Vai fazer, faça direito!* São Paulo: L'Editora, 2007.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*.

Petrópolis: ano da edição? Vozes, 2006.

LANGGUTH, A.J. *A face oculta do terror*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

MELO, Demian. *A miséria da historiografia*. Revista Outubro, n. 14, 2006.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Aliança para o Progresso*. Rio de Janeiro: OEA, 1961.

RAMÍREZ, Hernán. Institutos de estudos econômicos de organizações empresariais e sua relação com o Estado em sua perspectiva comparada: Argentina e Brasil (1961-1966). Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.179-214, jan./dez. 2006

RODEGHERO, Carla Simone. *Capítulos da Guerra Fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

SILVA, Vicente Gil. *A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado. 2008.

TOLEDO, Caio Navarro. *1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo*. Revista Crítica Marxista, n. 19, p. 27-48, 2004

Arquivos

Arquivo Paulo Ayres Filho (depositado no Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV)